

# MIGRAÇÃO E COTIDIANO

Maria de Fátima Almeida Martins  
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

---

## RESUMO:

O artigo discute a relação entre a migração populacional para os grandes centros urbanos e a redefinição do processo de acumulação do capital, partindo de uma abordagem geográfica do cotidiano. Nossa preocupação é tentar compreender a realidade social cotidiana, marcada por rupturas e perdas que acabam afetando os laços (familiares, de vizinhança etc.) do migrante.

## PALAVRAS-CHAVE:

migração – cotidiano – reprodução social

## RÉSUMÉ:

Cet article veut discuter le rapport entre la migration populationnelle vers les grands centres urbaines et la rédefinition du processus d'accumulation du capital, à partir d'un point de vue de ce qu'on appelle le quotidien. On a cherché au même temps de comprendre la réalité sociale quotidienne, marqué par des ruptures et des pertes qui changent les relations humaines.

## MOTS-CLÉS:

migration – quotidiene – reproduction sociale

---

*"Zanza daqui  
Zanza pra acolá  
Fim de feira, periferia afora  
A cidade não mora mais em mim  
Francisco, Serafim  
Vamos embora"  
Chico Buarque, Assentamento*

## Introdução

As idéias contempladas neste texto surgiram a partir das discussões levantadas no curso "Elementos para uma abordagem geográfica do cotidiano" e a escolha de se fazer uma discussão acerca da relação migração e cotidiano foi a de aclarar e suscitar questões novas para minha pesquisa, cuja temática está centrada, de forma mais geral, na relação entre a migração para os grandes centros urbanos (os da-

dos analisados aqui são especificamente da Região Metropolitana de São Paulo) e a redefinição do processo de acumulação de capital. Numa perspectiva mais específica, na formação das redes de solidariedade/sobrevivência.

Isto significa que há uma preocupação mais detida com as estratégias utilizadas pelos que compõem as fileiras de migrantes, ao enfrentar as adver-

sidades impostas pela sociedade de adoção que, por sua vez, exprime a sua incapacidade de lhes assegurar condições de reprodução - tanto ao indivíduo como à sua família -, nos marcos de uma sociedade que se pretende moderna. Para essa grande parcela da população brasileira constituída pelos migrantes, que buscam nas grandes cidades uma vida melhor, as condições que se configuram são, no entanto, de sobrevivência. O que se torna dramático num cenário onde a presença mediadora do dinheiro impõe-se como definidora da existência de pessoas que pouco ou nenhum rendimento recebem desta sociedade.

O esforço de encontrar elementos que possam substanciar a discussão acerca da temática da migração e do cotidiano está centrado, principalmente, na compreensão de que o cerne dessa relação se encontra no âmbito das tramas reprodutivas do capital. Tanto a migração, como a inserção na vida cotidiana do mundo moderno, são marcadas por rupturas significativas que acabam afetando tanto os laços (familiares, de vizinhança, de amizade,...) do migrante, como também a perda dos referenciais de seu lugar de origem. Nesse sentido, o entendimento dessa realidade social, no nível do cotidiano (nos termos em que Henri Lefebvre coloca), significa não se limitar a constatar o real dado e estabelecido mas, sobretudo, tentar ir além das trivialidades da vida cotidiana e encontrar nelas as possibilidades de transformação dessa realidade cujo conteúdo se encontra mediado pelo mundo da mercadoria<sup>1</sup>.

Nesse sentido, antes de embrenhar-me com mais acuidade na discussão acima mencionada, no que diz respeito à relação migração e cotidiano, pro-

curo contextualizar a migração em São Paulo relacionando-a com o processo de reprodução capitalista, especialmente no momento em que a industrialização se torna o cerne da acumulação de capital no país, consolidando assim a passagem de uma economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial. É nesse momento, no qual a realidade brasileira se insere num processo de modernização claramente comandado pela indústria, que se intensifica e se torna complexa a migração interna no país, em especial de *nordesterrados*, na feliz metáfora de Francisco de OLIVEIRA (1981, p.19). O que implica, por sua vez, indicar o percurso que o processo de industrialização tomou, e vem assumindo, especialmente em São Paulo, ocasionando mudanças significativas nas tendências dos fluxos migratórios para a metrópole.

### **Um breve histórico da migração em São Paulo**

Pode-se dizer que as alterações na dinâmica demográfica brasileira e, em particular, na do Estado de São Paulo, verificadas há alguns anos, não foram pequenas. Os últimos resultados censitários, exaustivamente analisados por sociólogos e demógrafos, revelaram uma situação que durante boa parte dos anos 80 parecia insuspeita. Sumariamente, as análises tinham em conta os dados apresentados pelo censo de 1980, que apontavam um crescimento demográfico expressivo para o Estado de São Paulo, sobretudo para a sua região metropolitana. No oeste do Estado, mantinham-se saldos migratórios negativos e, em relação às cidades, assistia-se a um crescimento do número e da importância das cidades médias. Em tal cenário, desempenhava papel fundamental para o crescimento demográfico o fluxo migratório interestadual, particularmente para a Grande São Paulo, assim como a migração das pequenas cidades do interior paulista para a metrópole. Dessa forma, esperava-se não apenas que se mantivessem elevadas as taxas de crescimento populacional para o con-

---

<sup>1</sup> Sobre o tema da vida cotidiana, Henri LEFEBVRE ressalta que não basta fazer "grandes relatos" ou investigar os mínimos detalhes dos fatos e gestos que constroem a trama da cotidianidade. Pois, "não basta ter a intenção de captar o cotidiano, é preciso também, para conhecê-lo de verdade, querer transformá-lo." (Henri LEFEBVRE, *Idéias contemporâneas* (entrevistas do *Le Monde*), p.133).

texto estadual, como um reforço da concentração populacional na metrópole.

Contudo, tais tendências não se confirmaram. Em que pese a desaceleração do ritmo de crescimento da população como um todo, confirma-se uma tendência histórica na qual desempenham papel importante fatores como a queda nos níveis de fertilidade revelando, entre outros aspectos, a constituição defensiva da família operária (OLIVEIRA, 1977. p. 143-144). A concentração populacional, apesar de mantida nas regiões do país economicamente dominantes, intensamente industrializadas e urbanizadas, mostrou-se, no entanto, e particularmente no contexto do Estado e região metropolitana de São Paulo, alterada sob alguns aspectos.

Já no final dos anos de 1980, quando os estudos estavam mais *sintonizados* com a realidade que veio a ser divulgada através dos dados do censo de 1991 (referentes ao decênio de 80), era apontado o fato de que a Grande São Paulo registrara um crescimento populacional bem menor que o esperado. Os resultados preliminares do censo demográfico tornaram explícito que

*A Região Metropolitana de São Paulo, que há várias décadas vinha se apresentando como o maior pólo de atração populacional do Estado, reverte esta tendência histórica. Em 1970/1980, o saldo migratório da Grande São Paulo foi superior a dois milhões de pessoas, enquanto que no período de 1980/91 ele se tornou negativo, ficando em -443 mil pessoas, um fato inédito em 50 anos.*

*Na década de 1970/80, o componente migratório respondia por 51% do crescimento populacional da metrópole e o vegetativo tinha uma participação de 48%. Porém, na última década, ocorreram grandes alterações nessa dinâmica demográfica. A taxa anual de crescimento populacional ficou em apenas 1,76%, contra 4,46% no período anterior.*

*A migração foi, sem dúvida, o fator de maior peso na redução desse crescimento.* A comparação dos dados demonstrou que a Região Metropolitana continuou apresentando uma taxa de crescimento

positiva, embora pequena em função da participação do componente vegetativo, que mais do que compensou o efeito negativo exercido pela migração nesse período.

*O grande peso na tendência de crescimento verificada na Região Metropolitana é creditado ao Município de São Paulo, que representava 67,5% da população da metrópole em 1980 e passa a 62,1% em 1991. Excluindo-se a capital, a Região Metropolitana manteve um significativo crescimento populacional, com uma taxa de 3,18% ao ano, no último período. (...)*

*No período 1980/91, o número de municípios com taxas de crescimento superiores a 4% caiu para 17, sendo apenas 5 com taxas acima de 6%, enquanto o número de municípios com taxas menores que 2% aumentou para 7. (...).*

*De um modo geral, os municípios da Região Metropolitana diminuíram seus ritmos de crescimento nas duas décadas estudadas (SÃO PAULO, 1992, p.39).*

Várias foram as razões que fundamentaram as expectativas desfeitas, assim como boa parte das análises sobre as tendências que depois se explicitaram. Boa parte delas parece residir na interpretação de que o processo de concentração populacional na Grande São Paulo corresponde unilateralmente à concentração industrial que historicamente tem se concretizado nesta região do país.

Não se pode afirmar que tal interpretação seja inteiramente equivocada. Um rápido recuo a alguns momentos significativos da história da urbanização e da industrialização brasileira, em geral, e de São Paulo, em particular, é suficiente para corroborá-la. Veja-se, por exemplo, que em 1940, quando a industrialização em São Paulo já exibia o ímpeto que ganhara desde os anos 30 com a modernização do parque industrial, a cidade de São Paulo já concentrava 40% da população urbana do Estado e 61% do emprego industrial. Os municípios correspondentes à atual região metropolitana de São Paulo respondiam por 62% do valor da transformação industrial (VTI)

do Estado, e 25% do total do VTI do país (ARAÚJO, p.34, 1992).

A imposição de novos padrões de acumulação de capital característica desse momento em que a industrialização adquiriu nitidez, marcada entre outros aspectos pela elevação dos patamares de produtividade do trabalho social, traduziu-se num crescimento econômico acelerado. Esse caráter explicitou-se sobretudo a partir dos anos 50, com a industrialização voltada mais fortemente para as chamadas indústrias de base, e especialmente para os Estados do Sudeste, sendo que a ação do Estado desempenhava papel cada vez mais decisivo nessa configuração. Em 1950, a Grande São Paulo já respondia por 72% do VTI total do Estado, e cerca de 33% do total do país, concentrando mais de 60% do emprego secundário, e cerca de metade do gerado nas atividades do setor terciário. Nesse período, a elevação do peso econômico relativo da metrópole, nos contextos estadual e nacional, traduz-se também pela expressão populacional que assume: a cidade de São Paulo deixa de ser a segunda mais populosa do país, ultrapassando a então capital federal, o Rio de Janeiro (ARAÚJO FILHO, 1958).

Na década subsequente, acentua-se a complexidade da estrutura econômica metropolitana. O crescimento econômico ganhou alento com o impulso na indústria e no incremento de atividades do setor terciário<sup>2</sup>. O que significou expansão no emprego. En-

tretanto, pode-se ressaltar que no plano mais imediatamente dado pelo econômico, houve uma perversa combinação entre a queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação dos níveis de produtividade na indústria (OLIVEIRA, 1987).

Nos anos 70, prossegue a trajetória expansiva da base econômica da RMSP, consolidando a dominação produtiva da metrópole paulista nos mercados estadual e nacional, alcançada pela concentração dos investimentos industriais verificada desde o decênio de 50<sup>3</sup>. Por sua vez, as taxas anuais de crescimento da população no Estado de São Paulo (3.19% para o período 1960-70, e 3.49% para o decênio seguinte) superam as do país como um todo (respectivamente 2.75% e 2.48%), sendo as da região metropolitana ainda mais elevadas: 4.46% no período 1970-80, por exemplo<sup>4</sup>.

Contudo, é em meados do decênio de 70 que se esboçam os traços das alterações econômicas que irão marcar a RMSP nos demais subsectores da economia urbana, bem como no próprio setor industrial, que viria a passar por modificações nada desprezíveis. É nesse período que o eixo de implantações industriais em São Paulo passou por redefinições, impondo novos atributos à urbanização não só da Grande São Paulo, como também das demais regiões do Estado.

A partir daí, a trajetória de crescimento econômico acelerado na metrópole, alicerçado na con-

<sup>2</sup> "A Grande São Paulo passou a concentrar 54% da PEA ocupada no setor terciário, ultrapassando pela primeira vez o interior do Estado, que detinha até 1950 maior peso na geração do emprego desse setor. A estrutura ocupacional da região metropolitana na década de 50 sofreu importante transformação na direção do crescimento do setor terciário. Em 1960, segundo dados do censo, o terciário absorveu praticamente 60% da população economicamente ativa da metrópole; o setor secundário, em face do reequipamento de vários ramos tradicionais, sofreu pequena redução, de 45% em 1950, para 36% em 1960 (embora mantivesse a mesma proporção de 1950 em relação à PEA secundária do Estado)." (Maria de Fátima Infante ARAÚJO, *op. cit.*, p.37).

<sup>3</sup> Em 1970, enquanto o Estado de São Paulo como um todo respondia por 58,2% do VTI nacional, a região metropolitana sozinha respondia por quase 45% do produto industrial nacional. Em termos estaduais, torna-se ainda mais flagrante tal concentração na RMSP: nela concentrava-se 50.73% do número de estabelecimentos industriais; 69.78% do pessoal ocupado na indústria; e quase 75% do total do VTI do Estado, com expressiva concentração na produção de bens de consumo duráveis e de capital, como material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações, este último participando com 93% do total do Estado (ARAÚJO & PACHECO, 1992).

<sup>4</sup> Fonte dos dados: SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *O novo retrato de São Paulo, op. cit.*

centração industrial, perde fôlego. É então nas chamadas cidades médias próximas à RMSP que passa a se verificar maior crescimento industrial e populacional, processo conhecido comumente como desconcentração industrial da metrópole paulistana que, por sua vez, levou regiões como Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e Baixada Santista, a conhecer um processo de urbanização e industrialização mais acelerado que o da metrópole<sup>5</sup>.

Em verdade, é a esse processo de redistribuição territorial da indústria, tanto em termos do contexto estadual, entre a RMSP e o interior do Estado, quanto em termos intrametropolitanos - processo que chegou a ser denominado de "desconcentração centralizada"<sup>6</sup> -, que foram imputadas as principais razões para a reversão de um comportamento demográfico historicamente caracterizado pelo acentuado crescimento populacional da Grande São Paulo, em especial da capital, alimentado sobretudo pelo componente migratório<sup>7</sup>.

Não se deve desconsiderar, porém, que tal configuração econômica e demográfica recente corresponde a um processo mais amplo e complexo, cujo desvendamento tem na chamada desconcentração industrial um dos seus indícios. Em verdade, além dos processos em curso na Grande São Paulo remeterem ao entendimento das modificações na estrutura produtiva e funcional da própria metrópole, e em especial da cidade de São Paulo, eles implicam, também e sobretudo, na consideração da redefinição dos processos produtivos e de acumulação cuja determinação se dá no âmbito do mercado mundial.

As redefinições a que atualmente se assiste na sociedade brasileira, no que diz respeito aos processos de produção e acumulação, põem diante de nós novos parâmetros para a análise de tal realidade. É sobejamente conhecido que a economia nacional é co-participante de um mercado mundial onde é forçoso aos capitais que nele operam acompanhar a redefinição dos padrões de produtividade, configurada,

<sup>5</sup> O processo de relativa reversão da concentração industrial na RMSP, sobretudo no município de São Paulo, núcleo da metrópole, pode ser verificado confrontando-se as taxas médias de crescimento anual do período 1970-80 com as do período posterior, de 1980-85, quando se explicitam as reduções nos números de estabelecimentos industriais e no total do pessoal ocupado nas atividades secundárias na Grande São Paulo. Tal trajetória de arrefecimento do crescimento industrial na RMSP não implicou, todavia, em consideráveis quedas na participação relativa da base industrial metropolitana no conjunto do Estado. Antes de mais nada, é bom lembrar que as atividades industriais na RMSP continuam a responder por boa parte do dinamismo da industrialização paulista, em razão, sobretudo, da expressão assumida por municípios como São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Mogi das Cruzes, Osasco e Guarulhos, bem como pela redefinição das unidades produtivas em determinados segmentos industriais.

<sup>6</sup> "Começaram a ser constatados, em torno de 1970, os primeiros sinais de desconcentração econômica a partir de São Paulo. Trata-se basicamente de um crescimento industrial mais acelerado fora da RM de São Paulo, e do

Estado de São Paulo, do que dentro deles. Este fenômeno chegou a ser interpretado como resultado das políticas regionais do governo federal que visavam a descentralização. Entretanto, demonstrou-se que esta redistribuição espacial de atividades industriais, em que São Paulo vinha, aparentemente, perdendo importância era, sobretudo, um movimento espontâneo do capital industrial paulista em direção à periferia do próprio pólo dominante. Neste sentido, a aparente desconcentração serviria para reforçar ainda mais a dominação do pólo principal; trata-se, nessa ótica, de uma 'desconcentração centralizada' em torno do pólo de São Paulo e não de uma redução do seu poder ou de sua influência" (MARTINE, 1992, p.5).

<sup>7</sup> "Fundamental na recente inversão do processo de concentração progressiva da população em localidades cada vez maiores foi a desconcentração industrial a partir da RM de São Paulo, que vem se desenhando desde 1970. Esta desconcentração pode ser interpretada como uma resposta natural do mercado contra a saturação e o agigantamento. Visto a posteriori, era inevitável que a desconcentração econômica levasse, cedo ou tarde, a um fortalecimento demográfico das localidades beneficiadas com a desconcentração". (Ibid., p.27).

por sua vez, pela combinação de utilização intensa e maciça de ciência e tecnologia avançadas através de grandes investimentos. Trata-se, portanto, de redefinições nos padrões acumulativos que, além de evidenciar o estabelecimento de novas formas organizativas dos capitais, mostram também que as modificações nos processos produtivos propriamente ditos têm implicado em mudanças no mercado de trabalho, uma vez que investimentos pesados em ciência e tecnologia, como requisitos fundamentais aos capitais envolvidos para alcançar os níveis de produtividade dados pelos mercados mundiais, têm resultado, em vários segmentos da atividade econômica, não apenas em crescentes exigências no que concerne à especialização do trabalhador, como também numa perda efetiva de participação do trabalho vivo nos processos produtivos.

É importante ressaltar que essa dinâmica de *descentramento* do trabalho vivo não se explica tão somente pelos mecanismos específicos dos processos produtivos mobilizadores da força de trabalho para a indústria<sup>8</sup>. Isso não significa que se pode desconsiderá-los na explicação dela. No entanto, outros aspectos não diretamente ligados a eles devem ser considerados, como, por exemplo, as ações do Estado, que tem presença decisiva na reprodução desta sociedade.

### **A migração no contexto da reprodução social**

A reprodução da formação social capitalista implica na modernização, já dizia Marx. Nela repousam contradições imensas e terríveis, pois assim como populações inteiras são empurradas para o mercado, literalmente arrancadas de espaços secular-

mente produzidos e reproduzidos fora das determinações fundamentais do capitalismo, e condenadas a viverem sob o tempo do capital e de sua reprodução, a modernização capitalista atira parcelas expressivas da sociedade para fora das suas relações de produção específicas. Neste fim de século XX esse fato é flagrante. É cada vez maior o número de pessoas não incorporadas diretamente às relações especificamente capitalistas de produção: são os chamados excluídos, sobrantes que não mais cabem no conceito de exército industrial de reserva.

Nesse sentido, o avanço técnico logrado sob o capitalismo encerra não mais a virtualidade da emancipação do homem em relação ao dispêndio intenso de trabalho vivo, uma vez que isso já se constitui em fato histórico concreto. Mas, se as forças sociais despertadas pelo capital engendraram um mundo onde a natureza bruta já não mais se põe como ameaça à reprodução social, o horizonte do não-trabalho posto por esta forma de sociedade não anuncia nada de emancipatório, haja vista que a possibilidade do não-trabalho se transforma, desgraçadamente, em desemprego<sup>9</sup> ou em emprego precário, o que, não sem alguma razão, tem alimentado algumas das interpretações que ultimamente vêm ganhando expressão na explicação do mundo atual<sup>10</sup>

Nessa nova configuração, a migração ganha sentidos que passam ao largo de conceitos e noções

<sup>8</sup> Como tem ressaltado Francisco de Oliveira, a questão do emprego não se explica apenas pelo viés tecnológico, "porque se fosse a tecnologia o fator determinante, o Japão seria o país com maior taxa de desemprego, e é o que tem a menor." (CEBRAP, *O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso*, p.58.).

<sup>9</sup> "(...) a atual reestruturação produtiva traz consigo uma mudança qualitativa inédita no longo caminho percorrido pelos homens em seu processo de transformação da natureza. (...). A tendência da revolução microeletrônica, aliada às novas formas de gestão e organização, ao contrário das anteriores, é não expandir o mercado de trabalho do setor onde é implantada e nem de qualquer outro. Isso significa que não há incorporação de mão-de-obra na economia como um todo. Há um aumento brutal da produtividade sem geração de emprego. Na verdade, a tendência é a diminuição progressiva de postos de trabalho, tanto no curto como no longo prazo." (EVELYN, 1994, p. 9).

<sup>10</sup> Robert Kurz é um dos expoentes mais recentes de tais interpretações. "(...) a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como

como os de formação do exército industrial de reserva e de mobilidade da força de trabalho pelo capital (GAUDEMAR, 1976), uma vez que, na reprodução capitalista da sociedade, a força de trabalho contraditoriamente a única mercadoria especificamente criada pelo capitalismo - conta cada vez menos.

O que não significa que deixou de existir, por exemplo, migração instrumentalizada pelo capital com objetivo de redução do preço da força de trabalho, sobretudo nos ramos de atividade econômica onde a participação de trabalho vivo ainda é expressiva. O que se quer dizer aqui é que o processo de industrialização apresenta atualmente como tendência uma situação diversa da que o caracterizou sobretudo a partir dos anos 50, quando o modo de acumulação urbano-industrial que então se consolidava exigia, dentre as principais condições que garantissem a reprodução dos capitais investidos a taxas de lucro crescentes, a formação de um extenso exército industrial de reserva às custas dos que chegavam às grandes cidades do país (isto é, Rio de Janeiro e São Paulo), onde se dava a passos largos forte concentração industrial, traduzindo-se no modelo urbano-industrial hegemônico<sup>11</sup>

---

pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma seqüência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura (...). A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. Não fala a favor da compreensibilidade do mundo que ele fique observando esse espetáculo há mais de duas décadas e continue praticando impassivelmente e sem crítica precisamente aqueles negócios cujo andamento apenas acelera cada mais o desastre, que por fim não poupará ninguém." (KURZ, 1992, p. 195).

Nesse sentido, o aspecto *excludente* da modernização, nos dias atuais, tornou-se ainda mais cruel. Em síntese, se a situação anterior caracterizou-se por uma perversa combinação entre queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação nos níveis de produtividade da indústria, hoje assiste-se à continuidade da elevação da produtividade, porém, num contexto onde a forma salário perde cada vez mais expressão no interior dos processos produtivos.

Em tal cenário, onde a virtualidade histórica da sociedade do não-trabalho se traduz perversamente em ampliação do desemprego estrutural, a inclusão ao processo de valorização dos tornados *excedentes* se dá, em países como o Brasil, através de formas indiretas. Veja-se, por exemplo, o crescimento de moradores de ruas, evidenciando que, para estes, o limite da vida passa pelo fio da sobrevivência. Uma sobrevivência mediada e determinada pelo que conseguem ter do tempo que não lhes pertence. Trata-se dos que não são incorporados diretamente ao tempo linear, marcado pela regularidade do relógio: são os sem trabalho e *obrigações* dele decorrentes. Mas, mesmo não incluídos diretamente nas relações de produção, estão indiretamente envolvidos nas tramas reprodutivas do capital, como se verifica, por exemplo, no caso dos catadores de latas e papel, entre outros que foram inseridos nos circuitos das indústrias de reciclagem<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Naquele momento, a industrialização exigia que as taxas de urbanização geradas fossem muito acima do próprio crescimento de incorporação da força de trabalho exigida pela indústria. Dessa forma, as extensas periferias das cidades industriais, que engrossavam a cada dia, funcionavam como verdadeiras forças produtivas, impulsionando a acumulação. Tal interpretação opõe-se às que trabalham com uma correspondência unilateral entre industrialização e urbanização, aludidas anteriormente. A este respeito, cabe conferir as análises elaboradas por (OLIVEIRA, 1987).

Porém, a migração, enquanto processo, nesse quadro de modernização da economia brasileira, não pode ser vista apenas como uma das determinações que se dá no âmbito da redefinição dos processos produtivos. Como mencionei, na modernização o capital se utiliza da sua capacidade de transformar pequenos produtores simples de mercadorias em meros vendedores da sua própria força de trabalho ou, mais precisamente, na transformação de camponeses em proletários. Essa *passagem*, entretanto, não é mecânica, desprovida de conflitos, pois são "históricas as lutas e resistências dos expropriados, tanto a nível individual, como social" (SILVA, 1990, p.6). O que significa "que a dinâmica da sociedade exprime-se não só pelas relações entre os sujeitos, mas pelas relações dos sujeitos com as condições de produção da história" (MARTINS, 1973, p. 18). Nesta perspectiva, a migração deixa de ser vista apenas como componente de um determinado comportamento demográfico, ou ainda como movimentação de massas de trabalhadores expropriados pelo capital, e o migrante não aparece nesse processo apenas como vítima. A impessoalidade e a frieza do número ou do conceito ganham dimensões postas pelo entendimento da migração como estratégia de reprodução (ou sobrevivência) da família e do indivíduo.

<sup>12</sup> "Misturam-se na rua trabalhadores cujas fontes de sobrevivência se originam dela mesma, como é o caso dos catadores de papel, lavadores e guardadores de carro; desempregados em busca de pequenos bicos, cujo rendimento não lhes permite o pagamento da moradia; e os que vivem de mendicância e da contravenção." (VIEIRA, 1992, p.159).destina a totalidade dos migrantes). E é aí que o pedaço toma contornos mais nítidos, dada a própria natureza das relações que se estabelecem na metrópole, onde há uma clara tendência a dispersão, dificultando portanto a criação de laços de relações mais duradouras. Neste sentido, é que, "é principalmente o lugar de moradia e vizinhança que congrega as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço" (Ibid., p. 7).

Dessa forma, a ampliação do enfoque permitirá considerar no mesmo plano de destaque a formação de laços de mútua ajuda entre os migrantes. O estabelecimento de tais relações que num primeiro momento chamo de formação de redes de solidariedade parece constituir-se em forte indício de que o migrante, alcançado em algum momento de sua vida pelo processo de proletarianização, cada vez menos se transforma em operário<sup>13</sup> e, no caso de verificar-se tal diferenciação social, a inserção em redes de solidariedade pode também revelar que o salário vem perdendo a capacidade de reproduzir a força de trabalho.

Nesse sentido, torna-se oportuna a discussão acerca do conceito de rede, para além do seu tratamento como estratégia técnico-funcional, moldada por uma razão instrumental consagrada à intensificação de fluxos de mercadorias e/ou informações,

<sup>13</sup> Este processo está na essência do próprio modo de produção capitalista, que estabelece formas de reprodução das relações sociais de produção, levando a sociedade a se reproduzir da forma mais ampliada possível, ou seja, alargando cada vez mais o nível da proletarianização. Sobre a distinção entre operariado e proletariado, tem-se a valiosa contribuição teórica de Henri Lefebvre que, no seu percurso de entendimento do mundo atual, resgatou o sentido dado inicialmente pelo próprio Karl Marx à noção de proletarianização. "Ao lado da classe operária produz-se uma proletarianização gigantesca (...). Com elementos conflituais novos. Se se define o proletariado pela ausência de laços jurídicos e práticas com os meios de produção, a proletarianização alcança o mundo inteiro: proletarianização das classes médias, dos colarinhos brancos, dos camponeses arruinados e não integrados à produção, em toda sorte de países da América Latina, por exemplo, nas periferias urbanas.(...) Mais a juventude, mais os intelectuais para os quais o conhecimento não estabelece laços com os meios de produção; mais os negros; mais os trabalhadores imigrados. Enorme proletarianização correspondendo muito exatamente à noção marxista inicial, isto é, à noção de classe separada dos meios de produção, carregada de negatividade, capaz, em certas condições, de uma luta de morte para tudo transformar" (LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*, p.134 -135).

nos quais o próprio trabalhador se encontra inserido. Ou seja, o fortalecimento da desterritorialização característica da dinâmica capitalista<sup>14</sup> carrega também perspectivas cuja decifração não se dá exclusivamente pelos significados contidos nas relações engendradas pelo capital nos processos produtivos que lhes são específicos. Assim, a formação de redes de solidariedade/sobrevivência, constituída por laços familiares e/ou de amizade, pode ser encontrada tanto entre os migrantes que participam efetiva e diretamente das relações de produção capitalistas, quanto entre os que se encontram *fora* delas.

Em suma, a formação de redes de solidariedade pode estar indicando que o plano de existência que se abre para o migrante, e para o conjunto do proletariado (entendido aqui na acepção mencionada anteriormente), é cada vez mais o da sobrevivência, e não o da reprodução social.

A análise de tais redes, às quais me refiro aqui, decorre, portanto, menos da perspectiva de vê-las aprioristicamente como *situação-limite* do proletariado, que da perspectiva de tentar entendê-las também como expressão do enfrentamento, pelos sujeitos, de tal *situação-limite*.

### Migração e cotidiano

A discussão que precede ao tema migração mostra que, enquanto processo, está configurada nos liames da sociedade capitalista, que se torna “um evento historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista” (MARTINS, 1973, p.22). Neste sentido, pode-se dizer que as motivações dadas aos migrantes para deixarem seu lugar de origem não estão apenas em simples impulsos individuais, mas resultam, fundamentalmente, das condições de vida nas quais estão submetidos no seu

lugar de origem, quais sejam, na sua grande maioria, a expropriação ou a insuficiência de condições de reprodução sua e de sua família.

Pode-se dizer que, neste processo, a migração se constitui de dois momentos bem diferentes, que podem ser analisados tanto em termos definitivos, como em termos temporários. Na migração temporária, o tempo (a duração), torna-se demograficamente essencial, do mesmo modo que em termos sociológicos, o essencial é a concepção de ausência. Na migração temporária “mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária, mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais” (MARTINS, 1988, p.45). Neste momento, o migrante que vive a duplicidade de duas socializações, a da dessocialização nas relações de origem e a ressocialização nas relações de *adoção* (MARTINS, 1988, p.50), pouco vai desfrutar, ou melhor, pouco vai viver o que a sociedade dita de *adoção* dispõe, por razões bastante simples: primeiro porque o objetivo de sua permanência nesta é a de conseguir recursos monetários e, com isso, voltar e, segundo, porque, dadas as condições de trabalho, com jornadas extensivas as quais é submetido, a quase totalidade do seu tempo reduz-se ao tempo do trabalho. O sentido de sua saída é de “trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições da sua sobrevivência como camponês” (MARTINS, 1988, p.52). Contudo, o que acontece é que ao invés da existência camponesa ser fortalecida pelo trabalho assalariado na cidade, é o trabalho na roça, cuja incumbência durante essa ausência representada pela migração recai sobre o conjunto da família camponesa, que repõe esse trabalhador migrante.

Várias atividades econômicas são desenvolvidas com base na migração temporária (que, por sua vez, pode ser subdividida em cíclica e não cíclica) como fonte principal de força de trabalho, por exemplo: cor-

<sup>14</sup> Cf. Rogério HAESBAERT, *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*, passim.

tadores de cana, trabalhadores da construção civil, garimpeiros, peões-do-trecho. Para esses migrantes, no seu lugar de origem a vida ultrapassa as fronteiras do trabalho, estende-se para além da roça, indo em direção ao conhecimento de seu mundo rural, que vai do tempo de plantar seu sustento, obedecendo ao tempo cósmico, ao dia do festejo da colheita. Ao sair, o migrante, e principalmente o camponês, deixa para trás sua família e, mais do que isso, deixa para trás todo este universo no qual tem o conhecimento das relações da vida cotidiana que os envolve. Em contrapartida, naquelas atividades desenvolvidas com base em relações especificamente capitalistas, caracterizadas pelo controle direto do processo produtivo exercido pelo capital e, particularmente, nas atividades sediadas nas grandes cidades, destino de grande parte dos migrantes, as condições com as quais se defrontam, são completamente diferentes daquelas vividas anteriormente. Para o migrante, sobretudo nas metrópoles - no mundo que se lhe apresenta -, prevalecem a impessoalidade e o distanciamento do outro, e a relação de proximidade mais imediata entre as pessoas, passa a contar cada vez menos.

Na verdade, no mundo que envolve as migrações e, em especial as temporárias, prevalecem a carência e a ausência. Carência, porque para o camponês migrante, no seu lugar de origem, as suas condições de vida não ultrapassam as da mera sobrevivência, pois o cerco que o capital lhe impõe agrava substancialmente "a deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas (que) lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementa a sua subsistência e que não pode produzir diretamente" (MARTINS, 1988, p.52). E ausência, porque obrigado a sair e, longe de seu *pedaço*<sup>15</sup> predominam relações com um universo cujas mediações estão fundadas principalmente no dinheiro e todo o processo de trabalho; na indústria, na construção civil, dentre outras, é dominado pelo tempo linear do capital. Já não há mais lugar para as estações, nem dia ou noite, tudo está sob o jugo do capital, que subverte o tempo. Assim, este migrante

se vê dentro de um mundo no qual não se reconhece, onde está sempre de *fora*.

Assim, nas cidades, o migrante já não se reconhece no ritmo que lhe foi imposto, pois mesmo participando cotidianamente deste, escapam do seu conhecimento os porquês das ações mais elementares de sua vida cotidiana, uma vez que as transformações com as quais se depara estão inscritas e prescritas na linearidade do capital, que só vem reforçar e enfatizar a (re)produção de gestos e atos homogêneos, condicionados e subordinados às exigências de uma sociedade voltada para o consumo da qual ele participa precariamente. O cotidiano que aí se instala, "torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada" (LEFEBVRE, 1991, p. 82), definido pela lógica racional e burocrática do capitalismo moderno impondo um ritmo de imutabilidade à vida. E a cotidianidade que se instaura na metrópole, vem, assim, carregada de previsibilidade dos atos repetitivos e fragmentários da vida, ou seja, "esta cotidianidade entra na troca generalizada e, por consequência, no sistema de equivalências que regula as trocas: isto vale tanto, aquilo vale tanto. Dele resulta uma tendência à repetição que acompanha a repetitividade na produção" (LEFEBVRE, p.107 Apud FREHSE,

<sup>15</sup> Em volta do "pedaço" existe "um componente de ordem espacial a que corresponde determinada rede de relações sociais"(MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O lazer da população de origem migrante na metrópole*. p. 7). Por ter tal configuração, o pedaço, pode servir como referência tanto para o campo (lugar de origem), como para a cidade(para onde se destina a totalidade dos migrantes). É aí que o pedaço toma contornos mais nítidos, dada a própria natureza das relações que se estabelecem na metrópole, onde há uma clara tendência a dispersão, dificultando portanto a criação de laços de relações mais duradouras. Neste sentido, é que, "é principalmente o lugar de moradia e vizinhança que congrega as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida

1996, p.78). Emerge daí o princípio da igualdade, centrado em equivalências coisificadoras que concedem igualdade não só às coisas, mas também às relações sociais, constituindo assim elemento fundamental para o capitalismo. Entretanto, essa igualdade não passa de uma abstração, pois carrega contradições imensas, que obscurecem a realidade, e “as mediações que permitem aos homens querer ser iguais e acreditarem que são iguais carregam a ambigüidade de, ao mesmo tempo, diferenciá-los concretamente, na medida em que o acesso às *maravilhas* do consumo, ao tempo de lazer, à possibilidade de exercer a criatividade livremente é distribuído de maneira heterogênea” (FREHSE, 1996, p. 78-79).

O que se constitui daí é uma sociedade ambígua e repleta de contradições, que estabelece a igualdade e a repetitividade como formas mediadoras para a produção e reprodução das relações sociais, constituindo uma cotidianidade “organizada representivamente de acordo com opressões, pela ideologia persuasiva do consumo, mais ainda que pela realidade desse consumo” (LEFEBVRE, 1991, p. 88).

Pode-se dizer, então, que a cidade, e mais especificamente a metrópole, representa para o migrante uma possibilidade de emancipação da condição em que vive em seu lote agrícola, próprio ou arrendado, pelo rompimento das condições que o

aprisionam ao jugo e coerção das relações de dependência pessoal com o fazendeiro. Entretanto, se a migração, principalmente a temporária, aparece como possibilidade, a sua efetivação implica em rupturas que na sua grande maioria só podem ser *consertadas* através da mediação do dinheiro, que lhe permita transcender o nível da satisfação das necessidades mais elementares. No entanto, as contradições que movimentam esta sociedade se abatem perversamente sobre tais migrantes. É no nível do cotidiano que elas afloram, fazendo com que o migrante (homem comum) se defronte com a história da qual faz parte, com a dissensão entre o mundo de sinecuras que ajuda a construir e as privações que passa em sua vida.

Assim, a formação das redes de solidariedade, constitui-se num dos elementos fundamentais para a sobrevivência na cidade, ao mesmo tempo em que é reveladora da verdadeira dimensão da carência. A solidariedade, fruto de experiência concreta de ajuda, nasce da vivência comum de desassistências e de necessidades vitais infimamente supridas. Uma vez que tais necessidades não são meramente *animais*, a solidariedade se constitui como estratégia para tentar viabilizar as condições para que o migrante encontre não apenas *comida e guarida*, mas reencontre, também, a festa, perdida ao longo de sua caminhada.

## Bibliografia

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. “Os cem últimos anos na História da cidade e a formação da Grande São Paulo” In: SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992. v.6.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante & PACHECO, Carlos Américo. “A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80” In: São

*Paulo. Governo do Estado*. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992. v.6.

ARAÚJO FILHO, J. R. “A população paulistana” In: AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v.II.

CEBRAP. “O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso debate com José Roberto

- Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga Belluzzo, Francisco de Oliveira, Sérgio Abranches e José Arthur Giannotti" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.44, mar. 1996.
- EVELYN, Suzana Sochaczewski. "Novas tecnologias para que?" *Travessia*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano VII, n.18, jan./abr. 1994.
- FREHSE, Fraya et al. "O estranho do sonho: entre o imediato e o possível" In: MARTINS, José de Souza (org). *(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilité du Travail et accumulation du capital*. Paris: Maspero, 1976.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *Idéias contemporâneas (entrevistas do Le Monde)*. São Paulo: Ática, 1989. p.131-137.
- \_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "O lazer da população de origem migrante na metrópole" In: *Travessia*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano III, n.7, maio/ago. 1990.
- MARTINE, George. *Processos recentes da concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. "O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil" In: \_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital" In: \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SÃO PAULO. *Governo do Estado*. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *O novo retrato de São Paulo: avaliação dos primeiros resultados do censo demográfico de 1991*. São Paulo: SEADE, 1992.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Como "expulsar o camponês do proletário" *Travessia*, São Paulo, ano III, n.8, Centro de Estudos Migratórios, set./dez. 1990.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

